

**Empresa de Transmissão de Várzea
Grande S.A. - ETVG**

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG
Mato Grosso - MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da retificação de erro para correção do cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos descritos na nota 3.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 17 de fevereiro de 2014. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3.1 que foram efetuados para alterar as informações correspondentes de 31 de dezembro de 2013 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 do balanço patrimonial (que foram derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2013 ou sobre os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguaração sobre eles tomados em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 1º de janeiro de 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
			(reapresentado)	(reapresentado)
ATIVO				
CIRCULANTE				
		5.297	4.542	4.404
Caixa e equivalentes de caixa	5	440	413	738
Concessionárias e permissionárias	7	420	390	50
Impostos a recuperar	8	57	58	34
Ativo financeiro da concessão	9	4.085	3.637	3.581
Estoque		243	-	-
Outros ativos		52	44	1
		27.752	26.870	23.760
NÃO CIRCULANTE				
Títulos e valores mobiliários	6	883	807	-
Concessionárias e permissionárias	7	2	-	-
Ativo financeiro da concessão	9	26.867	26.063	23.680
Imobilizado		-	-	80
ATIVO TOTAL		33.049	31.412	28.164
			(reapresentado)	(reapresentado)
PASSIVO				
CIRCULANTE				
		2.023	1.273	1.459
Empréstimos e financiamentos líquidos dos custos a amortizar	12	1.555	820	116
Fornecedores		32	35	1.152
Salários, férias e encargos sociais		16	-	-
Tributos e contribuições sociais a recolher	10	70	75	177
Dividendos a pagar		177	93	-
Adiantamentos de clientes		59	137	-
Outras obrigações		114	113	14
		16.545	17.849	16.471
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos líquidos dos custos a amortizar	12	15.501	16.844	15.551
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	954	915	840
Provisões para contingências		90	90	80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.481	12.290	10.234
Capital social	13	9.399	9.399	9.197
Reserva de lucros	13	5.082	2.891	1.037
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.049	31.412	28.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
			(reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	4.922	5.741
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados		(606)	(389)
Custo de infraestrutura		(10)	(1.409)
		<u>(616)</u>	<u>(1.798)</u>
LUCRO BRUTO		<u>4.306</u>	<u>3.943</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(261)	(296)
Pessoal		(11)	(36)
Honorários da diretoria e conselho de administração	17	(67)	(66)
		<u>(339)</u>	<u>(398)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>3.967</u>	<u>3.545</u>
Despesas financeiras	15	(1.755)	(1.636)
Receitas financeiras	15	365	302
		<u>(1.390)</u>	<u>(1.334)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>2.577</u>	<u>2.211</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(222)	(189)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(39)	(75)
		<u>(261)</u>	<u>(264)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>2.316</u>	<u>1.947</u>
Lucro líquido por ação			
básico e diluído - R\$		<u>0,24641</u>	<u>0,24409</u>
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		<u>9.399</u>	<u>9.399</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
		(reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.316	1.947
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.316	1.947

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros			Lucros e prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro retidos		
				(reapresentado)	(reapresentado)	
Saldos em 31 de dezembro de 2012		9.197	92	945	-	10.234
Aumento de capital conforme ARCA de Reunião do Conselho de Administração - 08/05/2013		202	-	-	-	202
Lucro líquido do período		-	-	-	1.947	1.947
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	13	-	99	-	(99)	-
Reservas de lucros	13	-	-	1.755	(1.755)	-
Dividendos declarados		-	-	-	(93)	(93)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		9.399	191	2.700	-	12.290
Lucro líquido do período		-	-	-	2.316	2.316
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	13	-	115	-	(115)	-
Reservas de lucros	13	-	-	2.076	(2.076)	-
Dividendos declarados	13	-	-	-	(125)	(125)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		9.399	306	4.776	-	14.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.577	2.211
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Variações monetárias e cambiais líquidas	1.684	1.628
Receita de aplicações financeiras	(89)	(45)
Descontos financeiros obtidos	(253)	(257)
Baixa de Ativos	-	80
	3.919	3.617
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(50)	(340)
Ativo financeiro da concessão	(1.252)	(2.439)
Impostos a recuperar	1	(24)
Estoques	(243)	-
Outros ativos	(8)	(43)
	(1.552)	(2.846)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(3)	(1.101)
Provisões para contingências	-	10
Contribuições e impostos a recolher	(227)	(291)
Outros passivos	(47)	236
	(277)	(1.146)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	2.090	(375)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates em investimentos (aplicações financeiras)	13	7
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	-	(769)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	13	(762)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	202
Dividendos pagos	(42)	
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	104	1.975
Pagamento do financiamento	(2.138)	(1.365)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(2.076)	812
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	27	(325)
Demonstração do aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	413	738
Saldo no final do exercício	440	413
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	27	(325)
Informações adicionais		
Pagamento contribuição social	72	46
Pagamento de imposto de renda	133	84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Informações Gerais

A Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. (“Companhia” ou “ETVG”), com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8695, 3º andar, salas 30B2 e 30B3, Duque de Caxias, na Capital do Mato Grosso - MT, CEP: 78040-365, foi constituída em 20 de julho de 2010 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessões de linhas de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 018/2010 - ANEEL, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 850 metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Jauru - Coxipó; e pela Subestação Várzea Grande 230/138kV, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso. Também é responsável pelas entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da transmissora:

- (i) Aquisição dos equipamentos necessários às modificações e substituições e adequações nas entradas de Linhas das subestações Jauru e Coxipó. Os equipamentos e instalações aqui descritos assim, como o trecho de linha de 850 metros, serão transferidos, sem ônus, para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, concessionária das subestações, bem como, das citadas linhas que serão seccionadas, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 67/2004.
- (ii) Transferência do reator de linha e equipamentos associados da SE Coxipó para a SE 230/138 kV Várzea Grande na EL para Jauru, bem como a implementação de infraestrutura necessária à instalação do reator de linha e equipamentos associados, a qual será transferida, sem ônus, para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, concessionária da linha de transmissão, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 67/2004.

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 23 de dezembro de 2012, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014 é de R\$ 3.849 para o ciclo de 2014/2015, excluído das despesas de PIS/COFINS (R\$ 3.619 para o ciclo de 2013/2014).

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de fevereiro de 2015.

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da Companhia, para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

2.2 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Retificação de erro

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), conforme demonstrado a seguir:

Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou os ajustes retroativos nos Balanços Patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, para corrigir o cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos pela utilização de uma base de cálculo subavaliada.

O sumário desses ajustes realizados é apresentado como segue:

(a) Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e em 1º de janeiro de 2013:

	31/12/2013			01/01/2013		
	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante	4.542	-	4.542	4.404	-	4.404
Não circulante	26.870	-	26.870	23.760	-	23.760
Ativo total	31.412	-	31.412	28.164	-	28.164
Passivo						
Circulante	1.273	-	1.273	1.459	-	1.459
Não circulante	17.017	832	17.849	15.672	799	16.471
Empréstimos e financiamentos líquidos dos custos a amortizar	16.844	-	16.844	15.551	-	15.551
Imposto de renda e contribuição social diferidos	83	832	915	41	799	840
Provisões para contingências	90	-	90	80	-	80
Patrimônio Líquido	13.122	(832)	12.290	11.033	(799)	10.234
Capital social	9.399	-	9.399	9.197	-	9.197
Reservas de lucros	3.723	(832)	2.891	1.836	(799)	1.037
Passivo e Patrimônio Líquido	31.412	-	31.412	28.164	-	28.164

(b) Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2013:

	31/12/2013		
	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.741	-	5.741
CUSTO OPERACIONAIS	(1.798)	-	(1.798)
LUCRO BRUTO	3.943	-	3.943
DESPESAS OPERACIONAIS	(398)	-	(398)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	3.545	-	3.545
Despesas financeiras	(1.636)	-	(1.636)
Receitas financeiras	302	-	302
	(1.334)	-	(1.334)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.211	-	2.211
Imposto de renda e contribuição social correntes	(189)	-	(189)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(42)	(33)	(75)
	(231)	(33)	(264)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.980	(33)	1.947
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	0,24641		0,20715
Quantidade de ações do capital - lotes de mil	9.399		9.399

Adicionalmente as notas nº 11 e 16 foram também ajustadas, refletindo de forma correta o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

3.2 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.2.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

3.2.3 Contas a receber concessionárias e permissionárias

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.2.4 *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2014 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.2.5 *Ativo financeiro de concessão*

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.2.6 *Baixa de Ativo financeiro de concessão*

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2.7 *Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros*

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2.8 *Instrumentos financeiros derivativos*

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment).

3.3 *Provisões e passivos circulantes e não circulantes*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.4 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição.

3.5 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.6 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação

3.7.1 Imposto sobre a receita

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 3,00%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro presumido.

3.7.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

3.8 Taxas regulamentares

3.8.1 Reserva Global de Reversão

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da Receita Anual Permitida - RAP.

3.8.2 *Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)*

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8.3 *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.9 *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.10 *Dividendos*

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.11 *Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica*

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP:

3.11.1 *Receita de desenvolvimento de infraestrutura*

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.11.2 **Receita de remuneração dos ativos da concessão**

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.11.3 **Receita de operação e manutenção**

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.11.4 **Receita de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.12 **Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 **Pronunciamentos técnicos revisados pelo**

4.1 **Novas normas, alterações e interpretações de normas**

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

5 **Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo**

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa:		
Numerário disponível	440	413
	<u>440</u>	<u>413</u>

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu garantias no montante de R\$ 883 (R\$ 807 em 2013) conforme definido nos contratos de empréstimo com o Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e são remuneradas em média a 107,22% e 103,97% do CDI, respectivamente em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

7 Concessionárias e permissionárias

Encargos de uso da transmissão faturados	Saldo vincendos	Saldo vencidos				Total
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	
2014	412	1	1	5	1	420
2013	366	1	3	2	18	390

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2014, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas em contas a receber, uma vez que são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

8 Impostos a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	35	36
Programa de Integração Social - PIS	11	11
Imposto sobre à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	7	7
	57	58

9 Ativo financeiro de concessão

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.261
Receita de transmissão de energia (nota 14)	725
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	3.859
Receita de desenvolvimento de infraestrutura (nota 14)	1.409
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(3.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.700
Receita de transmissão de energia (nota 14)	946
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	4.249
Receita de desenvolvimento de infraestrutura (nota 14)	10
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(3.953)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	30.952
Circulante	4.085
Não circulante	26.867
	30.952

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Controladora e de suas Controladas é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

10 Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	28	36
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	18	18
Programa de Integração Social - PIS	2	2
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	9	8
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8	7
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	3	1
Outros	2	3
	70	75

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2014		31/12/2013	
	IR diferido	CS diferida	IR diferido	CS diferida
			(reapresentado)	(reapresentado)
Receita societária (ICPC 01)	5.205	5.205	5.993	5.993
(-) RAP da concessão (projeção homologada pela ANEEL)	(3.954)	(3.954)	(3.554)	(3.554)
Base de cálculo para constituição - IR e CS diferidos	1.251	1.251	2.439	2.439
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	100	150	195	293
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IR e CS diferidos (Resultado)	25	14	49	26
Saldo anterior IR/CS diferido (Passivo)		915		840
Saldo atual IR/CS diferido (Passivo)		954		915

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

12 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante			
			Encargos	Custo a amortizar	31/12/2014	31/12/2013	Principal	Custo a amortizar	31/12/2014	31/12/2013
Banco do Brasil - FCO	01/12/2026	Juros de 10,0% a.a.	1.561	(6)	1.555	820	15.553	(52)	15.501	16.844
			<u>1.561</u>	<u>(6)</u>	<u>1.555</u>	<u>820</u>	<u>15.553</u>	<u>(52)</u>	<u>15.501</u>	<u>16.844</u>

Empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A. - FCO, firmado em 23 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 17.835. O pagamento deste empréstimo será feito em 150 prestações mensais e sucessivas, acrescido de encargos, vencendo a primeira em 01 de julho de 2014 e a última em 01 de dezembro de 2026. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.

O contrato com o Banco do Brasil - FCO não exige manter índices financeiros.

(b) Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Banco do Brasil - FCO	1.407	1.407	1.407	1.407	1.407	8.518	15.553
Banco do Brasil - FCO - Custos de captação	(6)	(6)	(6)	(6)	(6)	(22)	(52)
	<u>1.401</u>	<u>1.401</u>	<u>1.401</u>	<u>1.401</u>	<u>1.401</u>	<u>8.496</u>	<u>15.501</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Companhia é no valor total de R\$ 9.399, representado por 9.398.795 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

13.2 Composição acionária

	31/12/2014		31/12/2013	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	9.398.794	100	9.398.794	100
Outros	1	-	1	-
Total das ações	<u>9.398.795</u>	<u>100</u>	<u>9.398.795</u>	<u>100</u>

13.3 Reserva Legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	2.316	1.947
Constituição de reserva legal (5%)	(115)	(99)
Subtotal	2.201	1.848
Dividendos propostos	(125)	(93)
Reserva de lucros	(2.076)	(1.755)
Saldo de lucros acumulados	-	-

14 Receita operacional líquida

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Receita operacional bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	946	725
Remuneração do ativo de concessão	4.249	3.859
Receita de infra-estrutura	10	1.409
Total - Receita operacional bruta	5.205	5.993
<u>Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Programa de Integração Social - PIS	(26)	(23)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(119)	(107)
	(145)	(130)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(101)	(89)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(15)	(13)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(15)	(13)
Ministério de minas e energia - MME	(7)	(7)
	(138)	(122)
Receita Operacional líquida	4.922	5.741

15 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Receitas Financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	112	45
Descontos obtidos	253	257
Total	365	302
<u>Despesas Financeiras</u>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.678)	(1.628)
Despesas bancárias	(1)	(2)
Atualização monetária	(7)	-
Juros e multas	(69)	(6)
Total	(1.755)	(1.636)
Total Líquido	(1.390)	(1.334)

16 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
			(reapresentado)	(reapresentado)
a) Tributos correntes:				
Receita de transmissão	3.954	3.954	3.554	3.554
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Receita de transmissão ajustado	316	474	284	426
Receita financeira	365	365	302	302
	681	839	586	728
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder RS240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(146)	(76)	(123)	(66)
b) Tributos diferidos:				
ICPC 01 - imposto diferido (vide nota nº 11)	(25)	(14)	(49)	(26)
c) Alíquota efetiva:				
Resultado antes dos tributos	2.577	2.577	2.211	2.211
Despesa com tributos	171	90	172	92
Alíquota efetiva	6,6%	3,5%	7,8%	4,2%

- A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.
- Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.
- Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973, conversão da MP 627/2013 que: (i) altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, (ii) extingue o Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.
- A Companhia optou por não adotar antecipadamente os efeitos da Lei 12.973, o exercício dessa faculdade será formalizado através da entrega da DCTF informando os fatos geradores referentes a dezembro de 2014.

A partir de 1º de janeiro de 2015 essas disposições passarão a ser obrigatórias. Baseada no princípio da neutralidade, a Companhia não prevê nenhuma alteração em suas estimativas em decorrência da adoção da Lei.

17 Partes relacionadas

Garantias

A Alupar Investimento S.A. é prestadora de aval e penhor de ações na Nota de Crédito nº 40/00039-7 do Bando do Brasil S.A. - FCO, conforme divulgado na Nota Explicativa n. 11.

Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não haviam saldos em aberto com partes relacionadas.

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a remuneração da alta administração foi de R\$ 67 e R\$ 66, respectivamente, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

18 Instrumentos financeiros

18.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

18.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
 - (i) Banco do Brasil - FCO: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

18.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

18.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

18.4.1 Risco de crédito

a. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

18.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

18.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

18.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJPL.

18.4.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

19 Provisão para contingências

Na data base de 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui um processo classificado como “provável” de perda, no montante de R\$ 90, relacionado a reclamações trabalhistas em que há pleito de vínculo empregatício, horas extras, seguro desemprego e verbas rescisórias.

20 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, previdência privada, vale transporte e vale refeições.